

CARTÓRIO NOTARIAL EM AVEIRO

AAM

ANTÓNIO AMARAL MARQUES
NOTÁRIO

Telef.234-37 30 00 Fax 234-37 30 09

Email: notarioantonioamaralmarques@gmail.com
Av. 5 de Outubro, 29 – loja 20, Ed. Aveiro Centrum,
Ap 300 - 3810-082 AVEIRO

CERTIDÃO

CERTIFICO, que a presente certidão de teor integral, extraída por fotocópia, composta de Um e seis laudas, da escritura lavrada de folha (s) Um e sete a folha (s) Um e oito do livro de notas para **ESCRITURAS DIVERSAS** número Um e seiscentos e sessenta e cinco - 6 deste Cartório, e vai conforme ao original. Cartório Notarial de Aveiro, do Notário António Amaral Marques, Um e oito de Maio do ano dois mil e dois.


(Lurdes Maria da Silva Pereira Tavares)

Por delegação de poderes do Notário nos termos do Artigo 8º do Estatuto do Notariado

Conta: 2091 M

ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

_____ No dia vinte e oito de Maio de dois mil e nove, perante mim, Lic. António Amaral Marques, Notário com Cartório sito à Av. 5 de Outubro nº29, loja 20, Edifício Aveiro Centrum, na cidade de Aveiro, compareceram como outorgantes: _____

_____ **Álvaro Augusto Martins Ferreira**, casado, natural da freguesia de Vila Chã, concelho de Vale de Cambra, residente no Novo Arruamento, lote 6, 2º, na vila, freguesia e concelho de Sever do Vouga, titular do B. I. nº 1918856 de 18/09/2007 - Aveiro; _____

_____ **José Coutinho Rodrigues**, casado, natural da freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga, onde é residente no lugar de Romezal, titular do B. I. nº 5167018 de 08/11/2001 - Aveiro; _____

_____ **José Loureiro dos Anjos**, casado, natural da freguesia e concelho de Sever do Vouga, onde reside na Rua das Escolas, lugar de Senhorinha, titular do B. I. nº 2923028 de 22/11/2004 - Aveiro; _____

_____ **António Bispo Rodrigues**, casado, natural da freguesia de Pereira, concelho de Montemor - O - Velho, residente na Rua da Igreja, nº 16, 3º esq., na vila de Sever do Vouga, titular do B. I. nº 4213490 de 31/03/2002 - Aveiro ; _____

_____ **Joaquim Alberto Marques Martins da Silva**, casado, natural da freguesia de Pessegueiro do Vouga, concelho de Sever do Vouga, onde reside no lugar da Grela, titular do B. I. nº 5255125 de 27/12/1999 - Aveiro; _____

_____ **Carlos Alexandre Arede da Silva**, casado, natural da freguesia de Cedrim, concelho de Sever do Vouga, onde reside no lugar e freguesia de

2
M

Cedrim, titular do B. I. nº 8027556 de 18/10/2005 - Aveiro; _____

_____ Que outorgam na qualidade, respectivamente, de Presidente, Vice -
Presidente, Tesoureiro, 1º e 2º Secretário e Vogal da Direcção, e em
representação da associação denominada **Associação dos Bombeiros
Voluntários de Sever do Vouga**, pessoa colectiva número 500928088, que
é também o número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de
Sever do Vouga (corresponde à anterior matrícula número três), com sede
na vila, freguesia e concelho de Sever do Vouga, Instituição de Utilidade
Pública Administrativa, o que verifiquei, bem como a qualidade de que se
arrogam e suficiênciam de poderes para a sua intervenção no acto, pela
certidão passada em dezoito deste mês pela referida Conservatória do
Registo Comercial, pelo Auto de Tomada de Posse dos Corpos gerentes
2008/2009 de treze de Janeiro de dois mil e nove e pela Acta da reunião
da Assembleia Geral de vinte e oito de Março de dois mil e nove, de que
arquivo públicas - formas. _____

_____ Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos referidos
Bilhetes de Identidade. _____

_____ E pelos outorgantes foi dito: _____

_____ Que na sua invocada qualidade, nos termos da deliberação tomada
na reunião da Assembleia-geral a que acima se alude, pela presente
escritura, formalizam a alteração dos Estatutos da Associação, incluindo
quanto à denominação e objecto social, mantendo no entanto a sede no
mesmo concelho, reformulando-os por forma a adequá-los à Lei 32/2007 de
13 de Agosto; _____

_____ Que a Associação, sob a denominação de **Associação Humanitária**

3
M

de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, passa a reger-se pelos Estatutos, distribuídos por oitenta e oito artigos elencados num documento complementar, elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, cujo conteúdo perfeitamente conhecem e aceitam, pelo que é dispensada a sua leitura. _____

_____ Acedi através do código 7051-7411-0086, ao certificado de admissibilidade número 2009029246, emitido em 4 de Maio de 2009, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, válido até 4 de Agosto de 2009.

_____ Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado aos outorgantes.

Diante de mim, os abaixo assinados, José Lourenço Rodrigues, José Lourenço dos Anjos, José António Marques Martins e Carlos Alexandre Queiroz de Sá, todos residentes em Sever do Vouga, apresentaram para a presente escritura os estatutos da Associação de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, que se encontram anexados a esta escritura.

o notário,

Registado em 10 de Maio de 2009
Iscrit no Registo de Pessoas Colectivas de Sever do Vouga, nº 6 do Código.

LIVRO 161 - G.Fis 107
DOC. 9) Fis 107

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE
SEVER DO VOUGA

A Associação de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, fundada em 15 de Outubro de 1960, altera pelos presentes Estatutos, os aprovados por alvará do Governo Civil de Aveiro a dois de Fevereiro de mil novecentos e sessenta e um, registado a folhas dois, do respectivo livro de registos do Governo Civil, com o número dezanove.

Os presentes Estatutos obedecem ao cumprimento do disposto no artigo 51.º da Lei 32/2007, de 13 de Agosto, que institui o Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

ARTIGO 1.º

(DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEDE)

1 - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, é uma pessoa colectiva de Utilidade Pública Administrativa, com Personalidade Jurídica e Sem Fins Lucrativos.

2 - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga, doravante aqui também designada por Associação, tem a sua sede na Freguesia de Sever do Vouga, Concelho de Sever do Vouga.

ARTIGO 2.º

(ÂMBITO E DURAÇÃO)

A Associação tem âmbito concelhio, é por natureza e tradição apolítica e não confessional e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma previstas nestes estatutos e na lei.

ARTIGO 3.º

(FINS)

1 - A Associação tem como escopo principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a extinção de Incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros.

2 - Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, a Associação pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral, nomeadamente:

a) Prestação de cuidados de saúde, actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus associados;

b) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró humanitária.

3 - Pode ainda desenvolver outras actividades, a título gratuito ou remunerado, com ou sem fins lucrativos, nomeadamente a prestação de serviços, comerciais ou industriais, individualmente, ou através de parceria, associação ou por qualquer outra forma legalmente prevista, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral e os lucros dessas actividades revertam para os seus fins estatutários.

ARTIGO 4.º

(PATRIMÓNIO SOCIAL)

A Associação tem um Capital indeterminado e um número ilimitado de Associados que concorrem para o património social, através do pagamento de uma quota, no valor mínimo e periodicidade a fixar pela Assembleia-geral.

ARTIGO 5.º

(ATRIBUIÇÕES)

LIV^o _____ Fls _____
DOC. _____ Fls 108

2 -
5
1

Constituem atribuições normais da Associação:

- a) Deter e manter em actividade um corpo de bombeiros voluntários ou misto, com observância do definido no regime jurídico dos corpos de bombeiros;
- b) Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei;
- c) Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de protecção civil, mormente associações humanitárias e corpos de bombeiros, a nível local, regional e nacional e com corpos de bombeiros estrangeiros e respectivas entidades detentoras;
- d) Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação Distrital de Bombeiros e a nível nacional com a Confederação Nacional - Liga dos Bombeiros Portugueses;
- e) Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais em especial com os de tutela do sector da protecção civil e dos bombeiros;
- f) Representar os seus associados em todas as situações de interesse geral;
- g) Estabelecer relações e acordos com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento;
- h) Pronunciar-se sobre projectos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da protecção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes;
- i) Constituir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras acções tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a Associação bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos bombeiros;
- j) Promover o alargamento de acções, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas actividades específicas;
- k) Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da Associação;
- l) Desenvolver, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras actividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral;
- m) Decidir os conflitos que sejam submetidos ao Conselho Disciplinar;
- n) Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas;
- o) Disponibilizar aos associados informações atempadas e correctas, relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição;
- p) Promover a imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social;
- q) Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor, no âmbito das suas competências;

ARTIGO 6^o (SIMBOLOS)

- 1 - O Estandarte é o símbolo representativo da Associação e simultaneamente do Corpo de Bombeiros que dela faz parte integrante.
- 2 - A Assembleia-geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente para a prossecução dos fins e ou objectivos da Associação.

[Handwritten signatures and initials]

LIV^o _____ Fls _____
DOC. _____ Fls 109

3-
6/11

3 - As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos Associados presentes.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

SECÇÃO I - QUALIDADE, INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO

ARTIGO 7º

(QUALIDADE DE ASSOCIADO)

1 - Podem ser associados:

- a) As pessoas singulares maiores de 18 anos,
- b) As pessoas colectivas legalmente constituídas

2 - Podem ainda ser admitidos como Associados os menores de 18 anos ou incapazes, ficando a admissão, no entanto, condicionada à autorização por quem legalmente exercer o poder de tutela que, como seus representantes, são responsáveis pelo pagamento da quota e cumprimento destes estatutos.

ARTIGO 8º

(INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E REJEIÇÃO)

1 - A inscrição para associado efectivo é feita em impresso próprio, em modelo aprovado pela Direcção, e assinado pelo candidato ou tratando-se de pessoa colectiva, menor ou incapaz por quem legalmente o representar e sob proposta de um sócio efectivo em pleno gozo dos seus direitos.

2 - A admissão ou rejeição de associados efectivos é tomada por deliberação da Direcção.

3 - A rejeição só poderá ser tomada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da Associação, devendo ser devidamente fundamentada, registada e comunicada por escrito ao interessado até trinta dias após a recepção da inscrição.

4 - O candidato a associado rejeitado poderá recorrer para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral no prazo de dez dias, após a recepção da comunicação, cabendo aquele decidir quanto à oportunidade da apreciação do recurso em Assembleia Geral.

5 - A admissão envolve plena adesão aos estatutos e regulamentos em vigor.

ARTIGO 9º

(CLASSIFICAÇÃO)

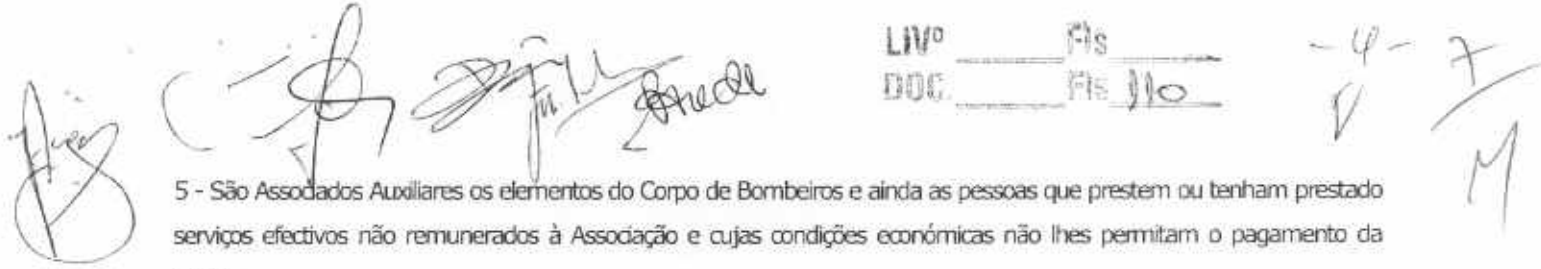
1 - Os Associados classificam-se em:

- a) Efectivos
- b) Beneméritos
- c) Honorários
- d) Auxiliares

2 - São Associados Efectivos as pessoas, singulares ou colectivas, que contribuam para a prossecução dos fins da Associação mediante o pagamento de uma quota segundo valores, periodicidade e lugar fixados aprovados em Assembleia Geral.

3 - São Associados Beneméritos as pessoas, singulares ou colectivas, que por serviços ou dádivas importantes à Associação mereçam da Assembleia-geral tal distinção.

4 - São Associados Honorários as pessoas, singulares ou colectivas, que pelo seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados à Associação mereçam da Assembleia Geral tal distinção.

 LIVRO _____ Fís _____
DOC. _____ Fís 110
-4- 7
M

5 - São Associados Auxiliares os elementos do Corpo de Bombeiros e ainda as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efectivos não remunerados à Associação e cujas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota.

§ A admissão (como Associado Auxiliar) dos elementos do Corpo de Bombeiros é feita por proposta do Comandante e os demais por proposta de qualquer elemento da Direcção.

SECÇÃO II - DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 10º

(DIREITOS)

1 - Constituem direitos dos Associados efectivos:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação;
- b) Votar em actos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos;
- c) Ser eleitos para cargos sociais nos termos do artigo 65º;
- d) Recorrer para a Assembleia Geral de todas as irregularidades e infracções aos estatutos e regulamentos internos, com salvaguarda do disposto no nº 4 deste artigo;
- e) Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 41º;
- f) Entrar livremente na Sede ou em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direcção;
- g) Utilizar os serviços que a Associação venha a prestar ou disponibilizar directa ou indirectamente nas condições definidas pelos regulamentos internos;
- h) Examinar livros, contas e demais documentos desde que o requeiram por escrito à Direcção, com a antecedência mínima de oito dias e esta verifique existir um interesse pessoal directo e legítimo do Associado;
- i) Apresentar sugestões de interesse colectivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação;
- j) Redamar perante a Direcção de actos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus interesses de Associado;
- k) Requerer, por escrito, certidão de qualquer acta mediante pagamento dos respectivos custos;
- l) Desistir da qualidade de Associado.

2 - Para exercer os direitos referidos no número anterior, os Associados Efectivos não podem ter o pagamento das quotas em atraso, por um período superior a 12 (doze) meses.

3 - Os Associados Efectivos admitidos à menos de 6 meses e os demais associados apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas f), g), i), j), k) e l) do número 1 e bem como do referido na alínea a) do mesmo número, mas sem direito a voto.

4 - Aos associados menores ou incapazes são vedados, até atingir a maioridade ou cessar incapacidade, os direitos referidos nas alíneas a), b), d), e) e h) do número um deste artigo.

5 - Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia-geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo.

ARTIGO 11º

(DEVERES)

1 - São deveres dos Associados Efectivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral:

- a) Honrar a Associação em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para o seu prestígio;
- b) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares;
- c) Acatar as deliberações dos Órgãos Sociais legitimamente tomadas;

LIV^o _____ Fis _____
DOC. _____ Fis III _____

- 5 -
8
M

- d) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral e por esta considerado justificado;
 - e) Não cessar a actividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
 - f) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direcção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento;
 - g) Pagar pontualmente a quota fixada;
 - h) Comparecer às Assembleias Gerais cuja convocação tenham requerido;
 - i) Comunicar por escrito à Direcção o local de pagamento das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência;
 - j) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, as suas Insígnias, órgãos sociais, respectivos titulares, comando, bombeiros, colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de associado, se relacione.
- 2 - Os demais associados estão dispensados dos deveres das alíneas d), e), g), e i).

SECÇÃO III - SANÇÕES E RECOMPENSAS

SUBSECÇÃO I - INFRAÇÕES DISCIPLINARES E SANÇÕES

ARTIGO 12º

(INFRAÇÃO DISCIPLINAR)

Constitui infração disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, pelo associado, dos deveres consignados no artigo 11º.

ARTIGO 13º

(SANÇÕES E COMPETÊNCIA DISCIPLINARES)

1 - Os associados que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam sujeitos, consoante a natureza e gravidade da infração, às seguintes sanções:

- a) Advertência verbal;
- b) Advertência por escrito;
- c) Suspensão até doze meses;
- d) Expulsão.

2 - A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior é da exclusiva competência da Direcção.

3 - A pena de expulsão é da competência da Assembleia-geral.

ARTIGO 14º

(ADVERTÊNCIA)

A advertência verbal e por escrito são aplicáveis a faltas leves, designadamente no caso de violação de disposições estatutárias e regulamentares por mera negligência e sem consequências graves para a Associação.

ARTIGO 15º

(SUSPENSÃO)

1 - A pena de suspensão até doze meses é aplicável nos casos de:

- a) Violação dos estatutos e regulamentos com consequências graves para a Associação.
- b) Reinidência do sócio em faltas por que haja sido advertido ou censurado;
- c) Escusa injustificada a tomar posse de qualquer cargo nos órgãos sociais da Associação, para que tenha sido eleito ou nomeado;

LIVº _____ Fis _____ 6-
DOC. _____ Fis 112 4

9
1

d) Desobediência às deliberações tomadas pelos Órgãos Sociais e, em geral, aos casos em que, podendo ter lugar a expulsão, o sócio beneficie de circunstâncias atenuantes especiais.

2 - A suspensão implica a perda de gozo dos direitos consignados no artigo 10º, mas não desobriga do pagamento da quota.

ARTIGO 16º

(EXPULSÃO)

1 - A expulsão implica a eliminação da qualidade de associado e será aplicável, em geral, quando a infracção seja de tal modo grave que torne impossível o vínculo associativo.

2 - Ficam sujeitos, à aplicação da pena de expulsão, nomeadamente, os associados que:

a) Defraudarem dolosamente a associação;

b) Agressão, injúria e desrespeito graves a qualquer membro dos órgãos sociais, respectivos titulares, à associação, às suas insígnias, ao comando, aos bombeiros, aos colaboradores da associação e a todos com quem, na qualidade de associado, se relacionem e por motivos relacionados com o exercício do seu cargo.

3 - Os associados que sejam punidos com pena de expulsão não podem ser readmitidos, salvo se forem reabilitados em revisão do processo.

ARTIGO 17º

(PROCESSO DISCIPLINAR)

As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão serão sempre precedidas da instauração de processo disciplinar, com audiência obrigatória do associado.

ARTIGO 18º

(RECURSOS)

1 - Da decisão que aplique pena de suspensão cabe recurso para a Assembleia Geral a interpor, pelo associado punido, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, devendo sobre o mesmo ser tomada deliberação final, em Assembleia Geral Extraordinária, até sessenta dias úteis após a interposição do recurso.

2 - Da decisão da Assembleia Geral que aplique a pena de expulsão cabe recurso judicial.

ARTIGO 19º

(CONSEQUÊNCIAS ESPECIAIS)

1 - Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de acesso às instalações da Associação durante o período de suspensão.

2 - Os sócios que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, perdem, automaticamente, a qualidade de sócio, por expulsão.

SUBSECÇÃO II - RECOMPENSAS

ARTIGO 20º

(DISTINÇÕES)

Aos Associados, pessoas singulares ou colectivas, entidades ou colectividades e elementos do Corpo de Bombeiros que prestarem serviços relevantes à Associação, merecedores de especial reconhecimento, poderão se atribuídas as seguintes distinções:

a) Louvor concedido pela Direcção;

b) Louvor concedido pela Assembleia Geral;

c) Nomeação como Sócio Benemérito ou Honorário;

[Handwritten signatures and initials]

LIV^o _____ FLS _____ - 7-
DIOS _____ FLS 113 ✓

[Handwritten mark]
10
M

d) Condecorações de acordo com o Regulamento de distinções honoríficas da Associação, proposto pela Direcção e aprovado em Assembleia Geral.

SECÇÃO IV -

SUSPENÇÃO, PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO E READMISSÃO

ARTIGO 21º

(SUSPENÇÃO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

- 1 - Os Associados Efectivos podem, por razões ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar à Direcção a suspensão da sua qualidade de Associado, por um período máximo de um ano.
- 2 - Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia-geral.

ARTIGO 22º

(PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

- 1 - Perdem a qualidade de associados:
 - a) Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão, nos termos do artigo 13.º, ou demitidos nos termos do Regulamento do Corpo de Bombeiros;
 - b) Os que pedirem a exoneração;
 - c) Os que não pagarem as quotas correspondentes a 12 meses, seguidos ou interpolados, se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias a contar da notificação para regularização da situação contributiva;
- 2 - A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos na alínea a) é da competência da Assembleia Geral.
- 3 - A perda da qualidade de associado pelos motivos referidos nas alíneas b) e c), do número anterior, é da competência da Direcção.
- 4 - O Sócio que por qualquer forma perder essa qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a actuação em que foi membro da Associação.

ARTIGO 23º

(READMISSÃO DE ASSOCIADOS)

- 1 - Podem ser readmitidos, os que tiverem sido:
 - a) Exonerados a seu pedido;
 - b) Eliminados por falta de pagamento das quotas;
- 2 - Podem ainda ser readmitidos os Associados reabilitados em revisão de processo de expulsão.
- 3 - A readmissão só se efectuará a pedido do interessado.
- 4 - Quando o motivo da expulsão tenha sido a falta de pagamento de quotas é condição, para a readmissão, o pagamento das quotizações correspondentes ao período compreendido entre a decisão de expulsão e a readmissão, podendo a Direcção permitir que, neste caso, os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, até ao máximo de doze.

CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I - PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 24º

(ÓRGÃOS SOCIAIS)

- 1 - São Órgãos Sociais da Associação:
 - a) Assembleia-geral;

(Handwritten signatures and initials)

LIV^o _____ Fis _____
DOC _____ Fis 114 _____

(Handwritten marks: P- 11/11)

- b) Direcção;
- c) Conselho Fiscal;

2 - A Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, são constituídos respectivamente por um número ímpar de titulares, de entre os Associados Efectivos, dos quais um será o Presidente.

ARTIGO 25º

(DURAÇÃO DO MANDATO DOS ELEITOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

A duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de três anos, sem prejuízo de destituição, nos termos da lei, podendo ser reeleitos sem limitação de mandatos.

ARTIGO 26º

(EXCLUSIVIDADE E IMPEDIMENTOS)

- 1 - Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação bem como não é permitido o desempenho de cargos em órgãos sociais de outras Associações Humanitárias de Bombeiros.
- 2 - Os presidentes, da Mesa da Assembleia Geral e dos órgãos de administração e fiscalização, estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de comando e no quadro activo do respectivo corpo de bombeiros.

ARTIGO 27º

(INELEGIBILIDADE E INCAPACIDADES)

- 1 - Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos Órgãos Sociais os associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido dedarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam.
- 2 - O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para órgãos sociais da mesma ou de outra Associação Humanitária de Bombeiros
- 3 - Os titulares dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins.
- 4 - É vedado à Associação contratar directa ou indirectamente com os titulares dos Órgãos Sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenha interesses.

ARTIGO 28º

(POSSE)

- 1 - A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral, ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de trinta dias a contar da data da promulgação dos resultados do acto eleitoral.
- 2 - Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os órgãos sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão.
- 3 - Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia-geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos órgãos sociais eleitos entrarão em exercódo, salvo se houver impugnação judicial do acto eleitoral.

ARTIGO 29º

(ENTREGA DE VALORES E DOCUMENTOS)

É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da Associação aos órgãos eleitos para novo mandato e até ao acto da posse destes.

ARTIGO 30º

(RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

LIVRO _____ Fols _____ - 9-
DOC. _____ Fols 115 8

12
M

- 1 - Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
- 2 - Os titulares dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se:
 - a) Não tiverem tomado parte na respectiva deliberação e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
 - b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na acta respectiva.
- 3 - A aprovação dada pela Assembleia Geral ao relatório e contas de gerência da Direcção e ao parecer do Conselho Fiscal libera os membros destes Órgãos Sociais da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má fé ou falsas indicações.

ARTIGO 31º

(REPRESENTAÇÃO)

- 1 - A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe à Direcção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.
- 2 - Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspecção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da Associação, a Direcção.

ARTIGO 32º

(DELIBERAÇÕES E ACTAS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

- 1 - Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
- 2 - As deliberações dos órgãos de administração e fiscalização, salvo diferente disposição estatutária ou legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação.
- 3 - As deliberações da Assembleia-geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão tomadas por maioria simples dos votos dos associados presentes.
- 4 - As deliberações respeitantes a eleições de Órgãos Sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto.
- 5 - São sempre lavradas actas das reuniões de qualquer Órgão Social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitarem a reuniões da Assembleia-geral, pelos membros da respectiva Mesa.

ARTIGO 33º

(CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DOS CARGOS)

- 1 - O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.
- 2 - Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exija a presença prolongada de um ou mais titulares do órgão de administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração determinada pela Assembleia-geral.

ARTIGO 34º

(FORMA DE OBRIGAR)

- 1 - Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes assinaturas de dois membros efectivos da Direcção, uma das quais será a do Presidente ou Vice-Presidente.
- 2 - Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direcção e a do Tesoureiro.
- 3 - Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer membro da Direcção.

ARTIGO 35º

LIV^o _____ Fls _____
DOC _____ FOL 116

- 10 -
y 13
M

(RENUNCIA AO MANDATO)

- 1 - Os membros dos órgãos sociais da Associação podem renunciar ao mandato devendo para o efeito comunicá-lo de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.
- 2 - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, em consequência da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respectivo órgão.

ARTIGO 36º

(CAUSAS PARA A PERDA DE MANDATO)

- 1 - São causas para a perda de mandato dos elementos dos órgãos sociais:
 - a) A perda da qualidade de Associado;
 - b) A destituição do cargo pela Assembleia Geral;
 - c) A condenação como crime grave;
 - d) A não comparência injustificada às reuniões do respectivo órgão social a que pertença, por três vezes consecutivas ou seis alternadas.
- 2 - Compete ao respectivo órgão apreciar e decidir sobre as faltas que impliquem a perda de mandato e, desta situação deve ser dado conhecimento, ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.
- 3 - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarar a perda de mandato a partir da data que tal perda se tornou efectiva.

ARTIGO 37º

(SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

- 1 - No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-presidente, segundo a ordem de precedência da sua colocação na lista, no caso de haver mais que um Vice-presidente.
- 2 - No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos órgãos sociais, incluindo o do Vice-presidente que assuma a presidência, competirá ao respectivo órgão social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago.
- 3 - No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para esse órgão.
- 4 - Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher o cargos apenas completam o mandato.

SECÇÃO II - ASSEMBLEIA-GERAL

SUBSECÇÃO I - ESTATUTO E COMPOSIÇÃO

ARTIGO 38º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

- 1 - A Assembleia-geral é constituída pelos Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação.
- 2 - Consideram-se Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos os que não tenham as quotas em atraso por período superior a doze meses ou não se encontrem suspensos.

ARTIGO 39º

(MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

- 1 - A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa, que se compõe de um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2 - Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-presidente cabe à Assembleia-geral designar de entre os Associados presentes quem presidirá à Mesa.

3 - Na falta ou impedimento do Secretário o Presidente da Mesa designará de entre os Associados presentes quem deve secretariar a reunião.

4 - No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 37º.

SUBSECÇÃO II - COMPETÊNCIAS

ARTIGO 40º

(COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL)

1 - Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições e competências legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais.

2 - São, necessariamente, da competência da Assembleia-geral:

- a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Assembleia-geral;
- b) Acompanhar a actuação dos demais Órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei bem como dos Estatutos e Regulamentos da Associação;
- c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos;
- d) Apreciar e votar os Regulamento bem como as alterações que lhe sejam propostas;
- e) Deliberar sobre a extinção da Associação bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens.
- f) Eleger e destituir, por votação secreta os membros dos Órgãos Sociais;
- g) Apreciar e votar o relatório e conta de gerência do ano anterior bem como o parecer do Conselho Fiscal;
- h) Apreciar e votar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal e ainda os orçamentos suplementares propostas pela Direcção;
- i) Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos órgãos Sociais ou Associados, de acordo com os Estatutos e Regulamentos;
- j) Fixar, sob proposta da Direcção, os valores mínimos da quota dos Associados bem como a periodicidade e forma de pagamento;
- k) Deliberar, sob proposta da Direcção, a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários;
- l) Atribuir Louvores e Condecorações nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia-geral;
- m) Autorizar o Presidente da Direcção da Associação a demandar judicialmente os membros dos Órgãos Sociais, por actos lesivos praticados no exercício das suas funções;
- n) Autorizar a Direcção a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os actos de administração ordinária, após parecer do Conselho Fiscal;
- o) Autorizar a Direcção a arrendar ou alienar imóveis da Associação bem como participações ou outras que a Associação detenha;

ARTIGO 41º

(COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral:

- a) Convocar, as reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais, as reuniões do Conselho Disciplinar e dirigir os trabalhos da Assembleia-geral e demais reuniões por si convocadas;
- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de actas da Assembleia-geral;
- c) Dar posse aos membros eleitos dos Órgãos Sociais;
- d) Receber e submeter à Assembleia-geral, nos prazos legais, os requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta;

(Handwritten signatures and initials)

LIV^o _____ Fls _____ = 12-
DOC. _____ Fls 118 ✓ 15
M

- e) Fixar o limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto, exceptuando-se os representantes dos Órgãos Sociais, na Sessão da Assembleia em que a intervenção ocorrer;
- f) Presidir e tramitar todo o processo eleitoral dos Órgãos Sociais, de acordo com a lei e os presentes estatutos,
- g) Integrar o Conselho Disciplinar;
- h) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia-geral.
- i) Participar, sempre que o entenda por conveniente, nas reuniões dos demais Órgãos Sociais mas sem direito a voto.

ARTIGO 42º

(COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-geral coadjuvar o Presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

ARTIGO 43º

(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao secretário da Mesa da Assembleia-geral:

- a) Lavrar as actas e emitir as certidões respectivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas;
- b) Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa.
- c) Fazer o registo dos associados presentes nas sessões da Assembleia-geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respectiva ordem;
- d) Escrutinar no acto eleitoral;
- e) Praticar todos os demais actos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos;

SUBSECÇÃO III - FUNCIONAMENTO

ARTIGO 44.º

(REUNIÕES)

- 1 - As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
- 2 - A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
 - a) No final de cada mandato, até trinta e um de Março, para a eleição dos órgãos sociais.
 - b) Até ao final do mês de Dezembro de cada ano, por solicitação da Direcção, para aprovar o Plano e Orçamento para o ano seguinte;
 - c) Até trinta e um de Março de cada ano, por solicitação da Direcção, para a discussão e aprovação do Relatório e Conta de Gerência do ano anterior e do parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estarem patentes para consulta dos associados nos oito dias anteriores à realização da Assembleia Geral.
- 3 - A Assembleia Geral reunirá extraordinariamente:
 - a) A pedido da Direcção e do Conselho Fiscal;
 - b) A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cinquenta associados efectivos no pleno gozo dos seus direitos sociais;
 - c) O requerimento de qualquer associado, caso a Direcção não convoque a Assembleia-geral nos casos em que deve fazê-lo;
- 4 - A reunião da Assembleia-geral que seja convocada ao abrigo da alínea b) do número anterior só poderá efectuar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.
- 5 - Quando a reunião prevista no número anterior não se realizar por falta do número mínimo de associados requerentes, ficam, os que faltarem, inibidos, pelo prazo de dois anos, de requerer a reunião extraordinária da Assembleia Geral sendo obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação, salvo se justificarem a falta por motivos de força maior.

 ARTIGO 45º

LIVº _____ FIs _____
DOC. _____ FIs 119

13-
16
M

(FORMA DE CONVOCAÇÃO)

- 1 - A Assembleia Geral é convocada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através de edital afixado na sede social e outros locais julgados de interesse para o efeito, e publicado num dos jornais locais, com o mínimo de quinze dias de antecedência, indicando-se no mesmo aviso o dia, hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.
- 2 - A comparência de todos os associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia-geral.

ARTIGO 46º

(FUNCIONAMENTO)

- 1 - A Assembleia-geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos associados, podendo deliberar 30 minutos depois da hora inicial, com qualquer número de presenças, desde que não inferior a cinco associados efectivos.
- 2 - As deliberações da Assembleia-geral são tomadas em observância com o disposto no n.º 3 do artigo 32º.

ARTIGO 47º

(REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS)

- 1 - É admitida a representação do Associado, no pleno gozo dos seus direitos, mediante carta do próprio, com letra e assinatura reconhecidas, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral.
- 2 - A delegação de poderes só pode ser feita noutro Associado, também no pleno gozo dos seus direitos.
- 3 - Não poderá ser delegada mais que uma representação em cada associado.

ARTIGO 48º

(PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO)

- 1 - O associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes.

ARTIGO 49º

(DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS)

- 1 - São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu objectivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos associados ou no funcionamento da assembleia.
- 2 - São ainda anuláveis as deliberações:
 - a) Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se todos os Associados comparecerem à reunião e concordarem com o aditamento;
 - b) Tomadas com infracção do disposto no artigo anterior destes estatutos se o voto do Associado impedido for essencial à existência da maioria necessária.

ARTIGO 50º

(ACTAS)

De todas as reuniões da Assembleia-geral serão lavradas actas, em livro próprio onde constarão o número de associados presentes e as discussões e deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa.

SECÇÃO III - ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SUBSECÇÃO I - PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 51º

(FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO)

LIVRO _____ FOLHA _____
DOC. _____ FOLHA 120

- 14 -
✓

17
M

- 1 - Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos Presidentes e as respectivas deliberações tomadas em observância com o disposto nos n.º 1 e 2 no artigo 32º destes estatutos.
- 2 - A falta de quórum deliberativo por impossibilidade de preenchimento de lugares vagos em qualquer órgão implica a convocação extraordinária de eleições para esse mesmo órgão.

SUBSECÇÃO II - DA DIRECÇÃO

ARTIGO 52º

(COMPOSIÇÃO)

- 1 - A Direcção é composta por sete membros efectivos, sendo um Presidente, um Vice-presidente, dois Secretários, um Tesoureiro e dois vogais.
- 2 - Haverá três suplentes que se tomarão efectivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos.
- 3 - O Comandante do Corpo de Bombeiros terá assento nas reuniões de Direcção por sua iniciativa ou convocado pelo Presidente da Direcção, podendo participar apenas nos assuntos que digam respeito ao corpo de bombeiros, mas sem direito a voto.
- 4 - A Direcção não poderá funcionar com menos de quatro elementos, devendo proceder-se a nova eleição logo que esgotada a lista dos suplentes e o seu número não seja superior ao indicado.

ARTIGO 53º

(COMPETÊNCIAS DA DIRECÇÃO)

- 1 - A Direcção é o órgão de administração da Associação;
- 2 - Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:
 - a) Garantir a prossecução do fim social e efectivação dos direitos dos Associados;
 - b) Garantir a efectivação dos direitos dos associados;
 - c) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o relatório e contas de gerência, bem como o plano de actividades e Orçamento para o ano seguinte;
 - d) Remeter à Mesa da Assembleia-geral para aprovação, o Plano de Actividades e Orçamento para o Ano seguinte bem como o Relatório e Conta de Gerência do Ano anterior, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
 - e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a escrituração dos livros, nos termos da lei;
 - f) Contratar e gerir o pessoal dos quadros da Associação fixando os respectivos horários de trabalho e vencimentos;
 - g) Representar a Associação em juízo e fora dele;
 - h) Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia-geral, a convocação das Assembleias Gerais para aprovação do Relatório e Conta de Gerência e ainda do Plano de Actividades e Orçamento, sem prejuízo das demais convocatórias daquele órgão nas circunstâncias fixadas nos presentes estatutos;
 - i) Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de Associados efectivos;
 - j) Propor à Assembleia-geral a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social;
 - k) Propor à Assembleia-geral a reforma ou alteração dos estatutos;
 - l) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da Associação, elaborando os respectivos regulamentos;
 - m) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições;
 - n) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Associação;
 - o) Elaborar e manter actualizado o inventário do património da Associação;
 - p) Ordenar a instauração de processos disciplinares aos associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência;

[Handwritten signatures and initials]

LIV^o _____ Fis _____ - 15 -
DOC _____ Fis 121 ✓

18
11

- q) Submeter à apreciação e votação da Assembleia-geral os assuntos que, pela sua importância, exijam deliberação daquele órgão;
 - r) Propor à Assembleia-geral a alteração do valor de quota mínima;
 - s) Fixar as taxas eventualmente devidas pela utilização dos serviços da Associação, por terceiras pessoas;
 - t) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei;
 - u) Celebrar contratos de desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reacção a acidentes e designadamente quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocoladamente previstas;
 - v) Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objectivos estatutários;
 - w) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respectivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em acta, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado;
 - x) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os actos necessários à defesa dos interesses da Associação;
 - y) Elaborar regulamentos internos sobre matérias da sua competência e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos órgãos da Associação.
 - z) Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de Protecção Civil, para homologação;
 - aa) Atribuir distinções honoríficas de acordo com os Regulamentos Internos;
 - bb) Manter actualizada e apta a ser apresentada aos órgãos sociais, relação dos sócios no pleno gozo dos seus direitos;
 - cc) Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras actividades, com ou sem fins lucrativos, previstas nos Regulamentos ou autorizadas pela Assembleia-geral;
 - dd) Propor à Assembleia-geral o arrendamento ou alienação de imóveis da Associação;
- 3 - A Direcção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da instituição, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia Geral, bem como revogar os respectivos mandatos, podendo ainda, em alternativa, delegar poderes de gestão executiva, numa comissão executiva, composta por três elementos, sendo presidida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por um dos Vice-Presidentes, e ainda por outro titular efectivo da Direcção, podendo o terceiro elemento ser um funcionário do quadro do pessoal contratado do quadro de pessoal da Associação.

ARTIGO 54º

(COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na Administração da Associação e orientar e fiscalizar os respectivos serviços;
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele;
- c) Convocar e presidir às reuniões da Direcção;
- d) Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia-geral, do Conselho Fiscal, da Direcção e do Conselho Disciplinar;
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das actas da Direcção;
- f) Integrar o Conselho Disciplinar;
- g) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos estatutos e regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direcção, desde que sejam legalmente delegáveis.

ARTIGO 55º

(COMPETÊNCIAS DOS VICE-PRESIDENTES)

Compete aos Vice-Presidentes substituírem, pela ordem indicada na lista eleita para a Direcção, o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direcção e com o Presidente no exercício das respectivas competências, designadamente:

- a) Na elaboração de resumo das actividades o qual constituirá elemento para o relatório da Direcção a apresentar em Assembleia-geral;
- b) Na elaboração das propostas dos orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direcção;
- c) Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respectivas dotações;
- d) No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e actualizados;
- e) No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores;
- f) No zelo pela conservação do património da Associação que lhe está afecto.

ARTIGO 56º

(COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO)

1 - Compete ao Primeiro Secretário:

- a) Organizar e orientar todo o serviço de secretaria;
- b) Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direcção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua;
- c) Lavrar as actas no respectivo livro mantendo-o sempre em dia;
- d) Prover todo o expediente da Associação;
- e) Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das actas pedidas pelos associados.

2 - Ao segundo Secretário compete:

- a) Coadjuvar o Secretário no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos
- b) Executar as tarefas que lhe forem delegadas.

ARTIGO 57.º

(COMPETÊNCIAS DO TESOUREIRO)

1 - Compete ao Tesoureiro:

- a) A arrecadação de receitas;
- b) A satisfação das despesas autorizadas;
- c) Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direcção, ou, na sua falta ou impedimento, com o Vice - Presidente;
- d) Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita, arquivando todos os documentos de despesa e receita;
- e) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras;
- f) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receita e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o cofre pelo menos uma vez por mês;
- g) A apresentação à Direcção do balancete em que se discriminem as receitas e as despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas, sempre que a Direcção o entenda;
- h) A elaboração anual de um Orçamento em que se discriminem as receitas e despesas previstas para o exercício do ano seguinte;
- i) Efectuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas a Associação, possa solver os seus compromissos;

LIV^o _____ Fis _____
DOC. _____ Fis 123

17-
8
20
11

- j) A actualização do inventário do património associativo;
- l) Em geral prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria.

ARTIGO 58^o

(COMPETÊNCIAS DOS VOGAIS E SUPLENTE DA DIRECÇÃO)

- 1 - Aos Vogais compete coadjuvar os restantes elementos do elenco directivo e desempenhar as missões que lhes forem atribuídas.
- 2 - Os Suplentes podem participar nas reuniões de Direcção, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direcção no exercício das funções de gestão da Associação.

ARTIGO 59^o

(FUNCIONAMENTO)

- 1 - A Direcção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal ou da Assembleia Geral, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês;
- 2 - As deliberações serão tomadas, tendo em conta o disposto nos números 1 e 2 do artigo 32.^o e número um do artigo 51.^o, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate.
- 3 - Das reuniões da Direcção serão lavradas actas em livro próprio, que deverão ser assinadas pelos presentes.

SUBSECÇÃO III - DO CONSELHO FISCAL

ARTIGO 60^o

(COMPOSIÇÃO)

- 1 - O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário Relator.
- 2 - Haverá simultaneamente dois suplentes, que se tomarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistirem às reuniões do Conselho Fiscal e tomarem parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto.

ARTIGO 61^o

(COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL)

- 1 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação.
- 2 - Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente:
 - a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente;
 - b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do órgão de administração, sempre que o julgue conveniente;
 - c) Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão de administração submeta à sua apreciação;
 - d) Solicitar a convocação da Assembleia-geral sempre que o julgar conveniente;
 - e) Solicitar à Direcção reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique;
 - f) Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação;
 - g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos.

ARTIGO 62^o

(COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

[Handwritten signatures and initials]

LIV^o _____ Fis _____
DOC. _____ Fis 24 ✓

[Handwritten mark]

- a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o respectivo livro de actas;
- c) Integrar o Conselho Disciplinar;
- d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia Geral;
- e) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos Estatutos e Regulamentos.

ARTIGO 63º

(COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE)

Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal coadjuvar o Presidente nas funções que a este pertencem e substituí-lo na sua ausência ou impedimento.

ARTIGO 64º

(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO-RELATOR)

Compete ao Secretário Relator:

- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal;
- b) Prover todo o expediente;
- c) Lavrar as actas no respectivo livro;
- d) Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das actas pedidas pelos associados;
- e) Relatar os pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidos.

ARTIGO 65º

(FUNCIONAMENTO)

- 1 - O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também extraordinariamente para apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros ou, ainda, a pedido da Direcção ou da Assembleia Geral.
- 2 - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate.
- 3 - Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de actas, as quais serão assinadas pelos presentes.

ARTIGO 66º

(VINCULAÇÃO COM ACTOS DA DIRECÇÃO)

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direcção, pelos actos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a devida comunicação à Mesa da Assembleia-geral.

CAPÍTULO IV - DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 67º

(PROCESSO ELEITORAL)

- 1 - A Assembleia Geral eleitoral a realizar até 31 de Março do ano em que terminar o mandato, será convocada pelo Presidente da Mesa em exercício, com a antecedência mínima de quinze dias através de edital onde será designado o dia, a hora e o local da sua realização;
- 2 - Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos órgãos sociais terminar antes de cumprido o período normal de duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo à Assembleia-geral decidir sobre a forma da eleição.

ARTIGO 68º



LIVº _____ Fls 19
DOC. _____ Fls 25

22
M

(ELEGIBILIDADE)

- 1 - São elegíveis os Associados Efectivos que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos:
- a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o estabelecido no artigo 10.º dos presentes estatutos, à data da apresentação das candidaturas;
 - b) Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados;
 - c) Não façam parte dos órgãos sociais de outras Associações congéneres;
 - d) Não tenham sido destituídos dos Órgãos Sociais da Associação por irregularidades cometidas no exercício das suas funções;
 - e) Não sejam trabalhadores remunerados da Associação;
 - f) Não tenham qualquer impedimento ou motivo de inelegibilidade nos termos da lei.
 - g) Sejam associados efectivos há pelo menos doze meses
- 2 - Os associados que façam parte de qualquer quadro do Corpo de Bombeiros não são elegíveis para os órgãos sociais da Associação.

ARTIGO 69º

(FORMALIZAÇÃO DE CANDIDATURAS)

- 1 - As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, compostas por Associados Efectivos, no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respectivo número de Associado bem como a indicação do órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes.
- 2 - As listas concorrentes aos órgãos sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na Sede da Associação, dez dias antes da realização da Assembleia Geral eleitoral.
- 3 - A Direcção pode propor uma lista às eleições.
- 4 - As listas de candidatura aos órgãos deverão incluir um número de candidatos efectivos igual ao número de membros do respectivo órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer Associado subscrever nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais que um órgão da Associação.
- 5 - As listas são nominais devendo contemplar candidatos para todos os órgãos sendo estes votados conjuntamente.
- 6 - As listas a submeter à eleição, deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação, e assinadas por um número mínimo de vinte e cinco Associados Efectivos no pleno gozo dos seus direitos, salvo a que for apresentada pela Direcção em exercício.

ARTIGO 70º

(APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS)

- 1 - O Presidente da Mesa da Assembleia-geral, recebe as listas candidatas e no prazo de cinco dias verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias, classificando-as e mandando afixá-las na sede da Associação.
- 2 - As listas admitidas à eleição serão referenciadas de acordo com a ordem de apresentação por letras maiúsculas (ex: A,B,C,... etc) e mandadas afixar no edifício da sede da Associação

ARTIGO 71º

(BOLETIM DE VOTO)

- 1 - A cada eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras.
- 2 - O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o leitor pretende votar.

[Handwritten signatures and initials]

LIV^o _____ Fls _____
BOC. _____ Fls 126

- 20 -
✓

23
11

3 - O eleitor entregará ao Presidente da mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna.

4 - Os boletins que contenham emendas, rasuras ou inscrições serão considerados nulos e os boletins em branco serão considerados abstenção.

ARTIGO 72º

(FORMA DE VOTAÇÃO)

1 - A eleição dos órgãos sociais é feita através de votação secreta tendo cada Associado direito a um voto.

2 - É permitido o voto por procuração, com reconhecimento da letra e assinatura, mas cada Associado não poderá representar mais do que um outro Associado.

3 - As pessoas colectivas podem exercer o seu direito pelo seu representante legal, que se deve fazer acompanhar de uma credencial, com mandato para exercer esse direito

4 - Não é admitido o voto por correspondência

5 - A Mesa de voto funcionará na Sede da Associação, por um período não inferior a uma hora, sendo presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e cada lista poderá fazer-se representar junto da mesa por um Delegado devidamente credenciado pelo respectivo mandatário ou pelo candidato a Presidente da Direcção.

6 - O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia Geral, imediatamente após a conclusão da votação, considerando-se proclamados eleitos os elementos da lista mais votada.

CAPÍTULO V - DA GESTÃO FINANCEIRA

ARTIGO 73º

(DAS RECEITAS)

São receitas da Associação:

- a) Os produtos das quotas dos associados efectivos;
- b) As comparticipações dos associados e familiares pela utilização dos serviços da associação;
- c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido;
- d) Os subsídios, comparticipações e financiamentos públicos ou particulares;
- e) Donativos, legados e heranças feitos a favor da Associação;
- f) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras comparticipações devidos à associação;
- g) Os rendimentos de bens próprios;
- h) O produto líquido de quaisquer espectáculos, festas ou outras realizações;
- i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à associação;
- j) O produto de subscrições;
- k) Quaisquer verbas que lhe seja atribuídas por lei ou por protocolos.

ARTIGO 74º

(QUOTIZAÇÃO)


Cada associado efectivo, singular ou colectivo pagará uma quota mensal, segundo valor, periodicidade e modalidade a definir em Assembleia-geral

ARTIGO 75º

(DAS DESPESAS)

Constituem despesas da Associação as resultantes de:

- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respectivos serviços;

- 
- b) Operacionalidade do Corpo de Bombeiros;
c) Encargos com o pessoal da Associação;
d) Encargos legais;
e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da Associação e das actividades por ela desenvolvidas, directa ou indirectamente;
f) Manutenção e conservação do património social da Associação.

ARTIGO 76º

(DOS MEIOS FINANCEIROS)

Os meios financeiros na disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito.

CAPÍTULO VI - CONSELHO DISCIPLINAR

ARTIGO 77º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

- 1 - O Conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar, do Comandante do Corpo de Bombeiros.
- 2 - O Conselho Disciplinar é composto pelos Presidentes da Mesa da Assembleia-geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VII - DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

ARTIGO 78º

(REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS)

- 1 - Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em reunião extraordinária da Assembleia-geral convocada extraordinariamente para esse efeito, sob proposta da Direcção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, cinquenta associadas efectivos no pleno gozo dos seus direitos.
- 2 - Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da associação, com a antecedência mínima de oito dias em relação à data marcada para a reunião da Assembleia Geral.
- 3 - As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de associados presentes.
- 4- O disposto no número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei.

CAPÍTULO VIII - DA EXTINÇÃO

ARTIGO 79º

(EXTINÇÃO)

- 1 - A Associação extingue-se quando ocorrer alguma das situações previstas no artigo 26.º da Lei n.º 32/2007 ou quando esgotados os seus recursos financeiros normais e encontrando-se em estado de insolvência, os associados recusem quotizar-se extraordinariamente.
- 2 - A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção da Associação através de convocatória expressamente efectuada para esse efeito e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios efectivos existentes à data da assembleia.
- 3 - A convocatória da Assembleia Geral deverá ser feita nos termos previstos nos estatutos e na lei e deve ser afixada na Sede e em quaisquer outras instalações da Associação com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data marcada para a sua realização.

ARTIGO 80º

LIV^o _____ Fis _____ - 22-
DOC _____ FOL 128 - 1

25
M

(DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO)

- 1 - Nos casos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei 32/2007, a extinção só se produz se, nos 30 dias subsequentes à data em que devia operar-se, a Assembleia-geral não decidir a prorrogação da Associação ou a modificação dos seus estatutos.
- 2 - A extinção por declaração de insolvência dá-se em consequência da própria declaração.

ARTIGO 81º

(EFEITOS DA EXTINÇÃO)

- 1 - Extinta a Associação é eleita uma Comissão Liquidatária pela Assembleia-geral ou pela entidade que decretou a extinção.
- 2 - Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ulatimação dos negócios pendentes, sendo que, pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham, à Associação respondem solidariamente os titulares dos órgãos sociais que os praticarem.
- 3 - Pelas obrigações que os titulares dos órgãos sociais contraírem a Associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa fé e a extinção não tiver sido dada a devida publicidade.

ARTIGO 82º

(DESTINO DOS BENS)

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 29.º da Lei 32/2007 e do artigo 166.º do Código Civil, os bens da Associação extinta reverterem para outras Associações com finalidades idênticas por proposta da Comissão Liquidatária e deliberação da Assembleia-geral.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 83º

(LEI APLICÁVEL)

A Associação, no exercício das suas actividades, regular-se-á de harmonia com a legislação aplicável.

ARTIGO 84º

(CORPO DE BOMBEIROS)

O Corpo de Bombeiros criado e detido pela Associação, rege-se pelo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e Regime Jurídico dos Bombeiros, em vigor à data da publicação e ainda pelo Regulamento Interno do Corpo de Bombeiros depois de homologado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

ARTIGO 85º

(MISSÃO DO CORPO DE BOMBEIROS)

O Corpo de Bombeiros a manter pela Associação terá as seguintes atribuições:

- 1- A prevenção e o combate a incêndios florestais, urbanos e industriais;
- 2- O apoio a vítimas de catástrofes ou de calamidades e, de um modo geral, em todos os acidentes;
- 3- O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- 4- O socorro e transporte de sinistrados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar no âmbito de sistema integrado de emergência médica;
- 5- A emissão, nos termos da lei de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- 6- A participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas, que lhe forem cometidas, designadamente, colaborando com organismos locais, regionais ou nacionais, que prossigam fins idênticos;

7- O exercício da actividade de formação e sensibilização com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;

8- Participar noutras acções para as quais esteja tecnicamente preparado e se enquadre nos seus fins específicos;

9- A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável

Parágrafo primeiro: O Corpo de Bombeiros da Associação exercerá a sua acção, prioritariamente, em toda a área territorial do Concelho de Sever do Vouga.

Parágrafo segundo: Poderá, quando solicitado por organismos da tutela, auxiliarem em acções que se integrem dentro do seu âmbito de intervenção sem contudo colocar em causa a missão na sua área de actuação.

Parágrafo terceiro: O Corpo de Bombeiros poderá integrar elementos profissionais, nos termos legalmente previstos.

ARTIGO 86º

(DAS RELAÇÕES DA DIRECÇÃO COM O COMANDO)

1 - A Direcção não tem interferência nas tomadas de decisões inerentes a assuntos que digam exclusivamente respeito ao Comando do Corpo de Bombeiros.

2 - O Comandante do Corpo de Bombeiros deve dar conhecimento à Direcção de tais decisões e, sempre que possível, previamente à sua execução, diligenciará o seu apoio.

ARTIGO 87º

(DUVIDAS E CASOS OMISSOS)

As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes estatutos serão resolvidos em reunião conjunta dos órgãos sociais, solicitada pela Direcção ou pelo Conselho Fiscal ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efectivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito.

ARTIGO 88º

(NORMA TRANSITÓRIA)

1. Os presentes estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia-geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei.

2. Nas matérias relativas aos Órgãos Sociais, designadamente quanto à sua composição, as alterações constantes dos presentes estatutos só entrarão em vigor no final do mandato em curso à data da sua publicação.

Dr. Augusto António Simão
José Lourenço Rodrigues

José Lourenço dos Anjos
António Pereira

Carlos Alexandre Almeida da Silva